

# Fazenda descobre seis tipos de despesas que somam Cr\$ 180 tri

A tarefa de consolidar os orçamentos não é fácil. Até a semana passada, o Ministério da Fazenda já havia listado pelo menos seis tipos de despesas que hoje, se inserem no Orçamento Monetário e que seriam relacionados no Orçamento Fiscal. Ainda não foram listados todos os dispêndios cobertos pelo Orçamento Monetário. Mesmo assim, a conta já chegou a aproximadamente Cr\$ 180 trilhões.

Nessa lista, ainda preliminar, foram incluídas as despesas de pagamento de juros e correção monetária dos títulos públicos, os desembolsos com a aquisição de produtos agrícolas para a formação de estoques reguladores e os dispêndios com subsídios, entre outros. (veja quadro)

O Orçamento Fiscal, em sua versão preliminar, elaborada pelo Ministério do Planejamento, prevê um total de despesas (e, também, de receitas) de Cr\$ 321 trilhões para o próximo ano. Com a inclusão de parte das despesas hoje pertencentes ao Orçamento Monetário, esse número ficará próximo de Cr\$ 500 trilhões. A despesa adicional para a qual não haverá cobertura no Orçamento Fiscal continuará sendo financiada com a emissão de Títulos da Dívida Pública e com a emissão de moeda, segundo técnicos do Governo. Isso estará previsto no projeto-de-lei orçamentária que o Presidente Sarney enviará ao Congresso, este mês.

Até agora, no entanto, Fazenda e Planejamento não chegaram a um acordo sobre os itens que devem ser incluídos no Orçamento Fiscal. O Planejamento insiste em que a lista elaborada pela Fazenda

seja ampliada, passando a incluir, por exemplo, tudo o que o Governo destinará ao crédito rural no próximo ano.

Mais comedidos, os técnicos do Ministério da Fazenda preferem não incluir esses gastos. Alegam que isso aumentaria excessivamente as despesas sem cobertura no Orçamento Fiscal e, também, porque parte dos recursos do crédito rural vêm diretamente da captação pelo Banco do Brasil e não da emissão de moeda.

A avaliação dos técnicos é a de que essa consolidação precisa ser iniciada imediatamente, ainda que se forma parcial. A medida obedecerá a uma diretriz baixada pelo Presidente José Sarney e, na avaliação de economistas do Governo, é uma necessidade, porque se trata da democratização do controle das contas públicas. A sociedade, afirmam, precisa saber exatamente quanto e onde o Governo gasta os impostos que arrecada, os recursos que retira do mercado com a venda dos títulos públicos e o dinheiro que emite.

No segundo semestre do ano passado, o Ministério da Fazenda chegou a concluir uma série de estudos visando o reordenamento das finanças públicas. Os estudos conduzidos pelo então Secretário Geral do Ministério, Mailson da Nóbrega, desaguiariam provavelmente num projeto-de-lei ou até mesmo num decreto-lei, que unificaria os orçamentos e mudaria o caráter do Banco do Brasil. De acordo com os estudos realizados, o Banco do Brasil deixaria de exercer o papel de autoridade monetária que tem hoje.